



Notas Sobre Literatura Leitura e Linguagens 3

Angela Maria Gomes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Angela Maria Gomes
(Organizadora)

Notas sobre Literatura, Leitura e Linguagens 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

N899 Notas sobre literatura, leitura e linguagens 3 [recurso eletrônico] /
Organizadora Angela Maria Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Notas Sobre Literatura, Leitura e Linguagens;
v.3)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-071-1
DOI 10.22533/at.ed.711192501

1. Leitura – Estudo e ensino. 2. Literatura – Estudo e ensino.
3. Linguística. I. Gomes, Angela Maria.

CDD 372.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Notas sobre Literatura, Leitura e Linguagens vem oportunizar reflexões sobre as temáticas que envolvem os estudos linguísticos e literários, nas abordagens que se relacionam de forma interdisciplinar nessas três áreas, na forma de ensino e dos seus desdobramentos.

Abordando desde criações literárias, contos, gêneros jornalísticos, propagandas políticas, até fabulas populares, os artigos levantam questões múltiplas que se entrelaçam no âmbito da pesquisa: Desde o ensino de leitura, de literatura em interface com outras linguagens e culturas que fazem parte do contexto nacional, como a indígena, a amazonense, a dos afros descendentes até vaqueiros mineiros considerados narradores quase extintos que compartilham experiências e memórias do ofício, as quais são transcritas. Temas como sustentabilidade, abordagens sobre o gênero feminino e as formas de presença do homem no contexto da linguagem também estão presentes.

Os artigos que compõem este volume centram seus estudos não apenas no texto verbal e escrito, mas nas múltiplas linguagens e mídias que configuram a produção de sentidos na contemporaneidade. A evolução da construção de novas composições literárias com uso de imagens, vídeos, sons e cores foi aqui também tema de pesquisas, assim como o uso das novas tecnologias como prática pedagógica, incluindo Facebook – mídia/rede virtual visual – e o WhatsApp - aplicativo para a troca de mensagens -. Falando em novas práticas, o estudo do modelo de sala invertida - Flipped Classroom - que propõe a inversão completa do modelo de ensino, igualmente foi aqui apresentado e estudado como proposta de prover aulas menos expositivas, mais produtivas e participativas.

A literatura é um oceano de obras-primas. Diante desse manancial de possibilidades, a apreciação e análises comparativas de grandes nomes apresentados aqui, incluindo William Shakespeare, Guimarães Rosa, Machado de Assis, João Ubaldo Ribeiro, Carlos Drummond de Andrade, Rubens Fonseca, Dias Gomes, entre outros, traz uma grande contribuição para se observar cada componente que as constitui. Desse modo, fica mais acessível a compreensão, interpretação e assimilação dos sentimentos e valores de uma obra, fazendo um entrelaçamento da leitura, literatura e estudos da linguagem.

Assim, esta coletânea objetiva contribuir para a reflexão conjunta e a conexão entre pesquisadores das áreas de Letras - Linguística e Literatura - e de suas interfaces, projetando novos caminhos para o desenvolvimento socioeducacional e científico.

Angela Maria Gomes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O EDUCAR PARA A VIDA: PONTOS DE DESENCONTROS ENTRE A EDUCAÇÃO E A VIDA EM DALCÍDIO	
Idalina Ferreira Caldas José Valdinei Albuquerque Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.7111925011	
CAPÍTULO 2	8
O ESPAÇO URBANO ENTRE MAZELAS, CONTRASTES SOCIAIS E VIOLÊNCIA EM FELIZ ANO NOVO E O OUTRO, DE RUBEM FONSECA	
Thalita de Sousa Lucena Silvana Maria Pantoja dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.7111925012	
CAPÍTULO 3	18
O ETHOS DAS CRÔNICAS DE MARTHA MEDEIROS E LYA LUFT SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DO DISCURSO EM MAINGUENEAU	
Giovanna de Araújo Leite	
DOI 10.22533/at.ed.7111925013	
CAPÍTULO 4	26
O GÊNERO MEMÓRIAS COMO OBJETO DE ENSINO NO AMBIENTE DIGITAL	
Karla Simões de Andrade Lima Bertotti Sandra Maria de Lima Alves José Herbertt Neves Florencio	
DOI 10.22533/at.ed.7111925014	
CAPÍTULO 5	37
O JORNAL ESCOLAR COMO LUGAR DE PRÁTICAS DISCURSIVAS E SOCIAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O GÊNERO EDITORIAL	
Magda Wacemberg Pereira Lima Carvalho Elisabeth Cavalcanti Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.7111925015	
CAPÍTULO 6	47
O LETRAMENTO LITERÁRIO E A INTERDISCIPLINARIDADE NO USO DO GÊNERO POEMA	
Gildma Ferreira Galvão Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.7111925016	
CAPÍTULO 7	58
O <i>PAGADOR DE PROMESSAS</i> E “O DIA EM QUE EXPLODIU MABATA-BATA”: CONFIGURAÇÕES TRÁGICAS	
Erenil Oliveira Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.7111925017	

CAPÍTULO 8	70
O PAPEL TRANSFORMADOR DA LITERATURA INFANTIL NA EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DE “A HISTÓRIA DO JOÃO-DE-BARRO”	
Laís Gumier Schimith Priscila Paschoalino Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.7111925018	
CAPÍTULO 9	86
O TEXTO LITERÁRIO NUMA PROPOSTA DE SALA DE AULA TECNOLÓGICA INVERTIDA	
Antonia Maria Medeiros da Cruz Maria Ladjane dos Santos Pereira Silvânia Maria da Silva Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.7111925019	
CAPÍTULO 10	93
OS GESTOS DIDÁTICOS NO ENSINO DE GÊNEROS DE TEXTO	
Ribamar Ferreira de Oliveira Gustavo Lima	
DOI 10.22533/at.ed.71119250110	
CAPÍTULO 11	108
PARA ALÉM DOS LIMITES DA SALA DE AULA: NOVAS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA ATRAVÉS DO USO DO WHATSAPP NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA	
Jailine Mayara Sousa de Farias Barbara Cabral Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.71119250111	
CAPÍTULO 12	119
POR QUE SER UM CLÁSSICO? – NOTAS EM ABISMO SOBRE “SE UM VIAJANTE NUMA NOITE DE INVERNO”, DE ITALO CALVINO	
Patricia Gonçalves Tenório	
DOI 10.22533/at.ed.71119250112	
CAPÍTULO 13	129
POR UMA LINGUAGEM ÚNICA: A PICTOGRAFIA DE ANTONIN ARTAUD	
Jhony Adelio Skeika	
DOI 10.22533/at.ed.71119250113	
CAPÍTULO 14	146
PRÁTICAS DE LEITURA LITERÁRIA SOB A PERSPECTIVA INTERTEXTUAL COM ALUNOS DA ESCOLA BÁSICA	
Valeria Cristina de Abreu Vale Caetano	
DOI 10.22533/at.ed.71119250114	
CAPÍTULO 15	156
PRÁTICAS DE LEITURA NA AMAZÔNIA POR PERSONAGENS-LEITORES MARGINALIZADOS	
Regina Barbosa da Costa Marli Tereza Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.71119250115	

CAPÍTULO 16	165
REPERTÓRIO DE VAQUEIRO: TRANSCRIÇÃO E NARRAÇÃO	
Joanna de Azambuja Picoli Maria de Fátima Rocha Medina	
DOI 10.22533/at.ed.71119250116	
CAPÍTULO 17	176
ROSAURA, A ENJEITADA (1883): EFÍGIE OU ESFINGE DE BERNARDO GUIMARÃES?	
Marcus Caetano Domingos	
DOI 10.22533/at.ed.71119250117	
CAPÍTULO 18	191
SUPRESSÃO DAS VOGAL /A/ INICIAL NO DIALETO MOCAJUBENSE	
Ana Cristina Braga Barros Many Taiane Silva Ferreira Maria Rosa Gonçalves Barreiros Murilo Lima de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.71119250118	
CAPÍTULO 19	199
UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE A VOZ DE SUCESSO NA REVISTA CARTA CAPITAL	
Thiago Barbosa Soares	
DOI 10.22533/at.ed.71119250119	
CAPÍTULO 20	214
VOZES MÚLTIPLAS NA CANÇÃO DE ITAMAR ASSUMPÇÃO	
Bruno César Ribeiro Barbosa Susana Souto Silva	
DOI 10.22533/at.ed.71119250120	
CAPÍTULO 21	226
“SUBA EM DIAGONAL, PARA A DIREITA, EM UM ÂNGULO OBTUSO, UNS 4CM”: DESCOMPARTIMENTANDO SABERES E HABILIDADES DE LEITURA EM MATEMÁTICA E EM LÍNGUA PORTUGUESA	
Adriano de Souza Sônia Maria da Silva Junqueira	
DOI 10.22533/at.ed.71119250121	
CAPÍTULO 22	238
A ATUALIDADE DA CRÍTICA DE LIMA BARRETO AOS PODERES CONSTITUÍDOS NA REPÚBLICA VELHA	
Renato dos Santos Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.71119250122	
CAPÍTULO 23	246
A PROSÓDIA DOS VOCATIVOS NO PORTUGUÊS DO LIBOLO EM FALA SEMIESPONTÂNEA	
Vinícius Gonçalves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.71119250123	
SOBRE A ORGANIZADORA	258

ROSAURA, A ENJEITADA (1883): EFÍGIE OU ESFINGE DE BERNARDO GUIMARÃES?

Marcus Caetano Domingos

Professor do CEFET/Araxá – MG e Doutorando/
UNESP/Franca – SP

RESUMO: É um fato reconhecido que no romance *Rosaura, a enjeitada*, Bernardo Guimarães (BG) teria se autorretratado como estudante de direito na São Paulo da década de 1840. Apesar de ter se apresentado como um jovem pobre e moreno, na pele do personagem *Belmiro*, em reiteradas ocasiões BG tem sido visto como rico, branco e até como um aristocrata. Com base em pesquisa biográfica inédita, pretendo levantar a hipótese de que além do suposto autorretrato, que BG chamou de *efígie*, e de *busto*, *Belmiro*, o autor possa ter se mostrado na obra de outra maneira, a qual representaria uma *esfinge* a ser desvendada, e que estaria entranhada em meio à temática, ao enredo e seus personagens. Proponho, ainda, com base em pesquisa biográfica fartamente documentada, que a suposta *esfinge* guardaria correlações com os segredos que integraram a vida da familiar de BG. O próprio escritor, em carta a um amigo, em 1883, pode ter levantado a questão. Com ironia, considerou: *será o meu busto verônica?*

PALAVRAS-CHAVE: efígie; hierarquias; enjeitamento; esfinge; macabro.

ABSTRACT: It is a well-known fact that Bernardo Guimarães (BG) would have self-portrayed as a law student in São Paulo in the 1840s in the novel *Rosaura*, the outspoken. Despite presenting himself as a poor and dark young man in the role of *Belmiro*, on repeated occasions BG has been seen as rich, white and even as an aristocrat. Based on unpublished biographical research, I intend to raise the hypothesis that in addition to the supposed self-portrait, which BG called the effigy, and bust, *Belmiro*, the author may have shown in the work in another way, which would represent a sphinx to be unveiled, and that it would be entangled in the middle of the thematic, to the plot and its personages. I also propose, based on well documented biographical research, that the supposed sphinx would maintain correlations with the secrets that integrated the life of the relative of BG. The writer himself, in a letter to a friend in 1883, may have raised the question. Ironically, he considered: Will it be my veronica bust?

KEYWORDS: effigy; hierarchies; straightenment; sphinx; macabre.

1 | INTRODUÇÃO

Bernardo Guimarães (BG) escreveu o seu último livro - *Rosaura, a enjeitada* - no apagar

das luzes. Foi uma de suas últimas publicações, junto à coletânea de versos *Folhas de Outono*, ambas publicadas no ano de 1883. Em *Folhas de outono*, Bernardo Guimarães reuniu e deu publicidade a algumas composições suas, assim como de seu falecido pai, João Joaquim da Silva Guimarães. O autor morreu no ano seguinte, no dia 10 de março de 1884. *Rosaura* é um romance que tem sido lembrado devido ao fato de que nele BG retratou São Paulo, pouco antes da rápida urbanização que a cidade sofreu na segunda metade do século XIX. Além disso, também contém um autorretrato de BG, realizado na forma de um personagem, *Belmiro*, um boêmio estudante da antiga Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, a qual trata-se, atualmente, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP).

O romance *Rosaura, a enjeitada* não é percebido como uma das maiores contribuições do escritor mineiro para a literatura. A respeito da obra, Wilson Martins (1996) considerou que o livro fez parte de uma série pouco inspirada de obras de BG, escritas no ano de 1883, dentre as quais o crítico tomou a obra como exemplo. Esses livros, segundo o mesmo Martins, “pode-se dizer que nada tinham de novo, nem mesmo a letra do autor” (MARTINS, 1996, p. 123). Para Martins, a “letra” empregada por Bernardo Guimarães em *Rosaura* “era a mesma do *Garimpeiro e d’ A Escrava Isaura*”, publicado em 1875 pela Garnier, é, certamente, a obra mais famosa de Bernardo Guimarães. No romance, BG narrou os sofrimentos de uma bela escrava branca que vivia em uma fazenda na região norte do estado do Rio de Janeiro, na região de Campos dos Goytacazes. *A Escrava Isaura*, adaptado para a televisão pela Rede Globo de Televisão entre 1976 e 1977, fez um estrondoso sucesso não só no Brasil, mas no mundo todo. Segundo dados oficiais da emissora, a novela televisiva já foi exibida em 104 países (MEMÓRIA GLOBO, 2013, s/p).

Nos romances *A Escrava Isaura* e *Rosaura, a enjeitada*, Bernardo Guimarães buscou denunciar nuances dos sofrimentos decorrentes da escravidão. As obras apresentam críticas à sociedade escravista e são obras de sua *pena* abolicionista. Apesar de tratar de temas análogos, *Rosaura, a enjeitada* é uma obra desconhecida, enquanto *A Escrava Isaura* é celebrada mundialmente. O que teria motivado a diferença entre o imenso sucesso alcançado por uma obra e o ocaso no qual permanece a outra?

Certamente, é de se supor que o fato, em parte, é explicado pelo fato de que o romance *A Escrava Isaura* é amplamente conhecido e *Rosaura, a enjeitada* é uma obra pouco editada, quase desconhecida, muito pouco lida. O livro é raro, difícil de ser encontrado. Ainda não o tive fisicamente, enquanto livro impresso, em minhas mãos. A exceção fica por conta do formato digital no qual o romance é encontrado, disponível para baixar, sem custos, por exemplo, no *website* mantido pelos descendentes de BG, *Bernardo Guimarães, (1825-1884), vida e obra*. A obra também é pouco analisada na academia, mesmo entre especialistas em Literatura, em comparação com outras obras de BG. O primeiro (*Isaura*) é um livro de leitura rápida, de enredo simples. O segundo (*Rosaura*) é uma obra volumosa, que contém uma trama mais densa, complexa.

Outro fator pode ser aventado para as diferentes recepções que tiveram as

duas obras abolicionistas de Bernardo Guimarães: as diferenças físicas entre as protagonistas. Embora em situação análoga, pois ambas eram escravas, uma era branca, Isaura, enquanto a outra, nascida de ventre livre e escravizada (logo, injustamente), Rosaura, era morena, “da cor do jambo”. Nas análises a respeito do romance *Escrava Isaura*, este fator racial é constantemente apontado como uma das razões para que o drama vivido pela protagonista (escrava-branca) tenha ganhado tamanho apelo junto ao público leitor.

Conforme foi dito, foi o próprio autor quem tratou seu romance *Rosaura, a enjeitada*, em correspondências privadas, como um autorretrato. Em suas cartas, o autor chamou o livro de “retrato”, “busto”, “portraiture”, “verônica”. Segundo confidenciou ao amigo, em Rosaura estaria “a minha velha efígie, quero dizer retrato, (*ma portraiture*, como dizia Balzac)”. Lembro ao leitor que Verônica, personagem bíblica, teria enxugado o rosto ensanguentado de Jesus usando um pano, formando nele um retrato do Cristo. Porém, o mesmo BG deu outro sentido possível para a expressão, usando letra minúscula para escrever verônica, na epístola ao amigo Saldanha Moreira. Na aludida carta ao jovem amigo, o velho BG declarou “agora, falando sério, o meu busto é verônica?” (*vero* = verdade; *nica* = imagem). Ou seja, seria uma imagem verdadeira? (VIDA E OBRA DE BERNARDO GUIMARÃES. Carta de Bernardo Guimarães a Fernando Saldanha Moreira, em 8 de novembro de 1882). Fernando Saldanha Moreira, nascido em Juiz de Fora, MG, assim como BG, também foi um advogado. À época da carta ainda era estudante de Direito em São Paulo. Fernando Saldanha Moreira foi aluno da 55^a, sua colação de grau foi em 22/11/1886. (Dados da ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA FDUSP).

O presente artigo procura explorar essa interrogação lançada por Bernardo Guimarães e se destina a expor resultados parciais de investigações, levantadas enquanto hipóteses, a respeito da possibilidade do autor ter deixado mais de um retrato “seu” em sua obra *Rosaura, a enjeitada*. O primeiro: uma *efígie*, ou seja, um retrato; o segundo: uma *esfinge*, um enigma, uma charada a respeito de sua real origem social. Farei uma descrição sucinta da *efígie* contida na obra, o personagem *Belmiro* e, ainda, uma investigação a respeito de uma possível *esfinge* contida em meio ao enredo e à temática do romance, enfim, entremeada ao corpo do livro.

A hipótese levantada é que a suposta *esfinge* conteria segredos que comporiam a verdadeira alma da obra *Rosaura* e, conseqüentemente, da situação racial e social do autor e de sua família. As questões que compreendem a investigação da suposta *esfinge* envolvem uma pesquisa biográfica, que inclui elementos desconhecidos a respeito dos antepassados de BG, em especial de sua família materna. A hipótese é fruto de conclusões parciais e incompletas baseadas em evidências e provas retiradas de pesquisas feitas em fontes primárias em arquivos de Minas Gerais e de São Paulo, em especial.

2 | DESENVOLVIMENTO

Como já foi dito, Bernardo Guimarães estudou direito na Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo. Foi lá que o mineiro Bernardo Joaquim da Silva Guimarães se formou no ano de 1851, na 20ª turma, colando grau tardiamente em relação aos colegas, em 15/03/1852 (Dados da ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA FDUSP). O estudante de direito Bernardo-*Belmiro* tornou-se “amigo inseparável” dos poetas Álvares de Azevedo (1831-1852) e Aureliano Lessa (1828-1861) durante os anos na *Paulicéia*, conforme o mesmo descreveu em *Rosaura*. Os três e outros estudantes fundaram a Sociedade Epicuréia, à qual foram atribuídas “*coisas fantásticas*” que repercutiram na sociedade paulistana, segundo o biógrafo Basílio de Magalhães (MAGALHÃES, 1926). O grupo teria como inspiração o poeta britânico *Lord Byron* e o movimento fundado por eles gerou uma intensa e pródiga produção literária estudantil.

Em *Rosaura*, Bernardo é *Belmiro*; Aureliano Lessa, *Aurélio*; e, finalmente, Álvares de Azevedo, *Azevedo*. Bernardo, descrevendo *Belmiro*, diz a respeito do personagem, logo, possivelmente, de si próprio, no capítulo V, que era “alto, corado, de cabelos pretos... cara de lobisomem... posto que não disforme, não era bonito; como estudante pobre, que era não podia trajar-se com a elegância e primor de seus companheiros”. A descrição é a de um jovem boêmio, embora tímido, talentoso e inteligente; porém pobre e moreno. A personagem Adelaide, uma moça bela e rica, porém mestiça, e com “fumos aristocráticos”, é a mãe da protagonista Rosaura. Adelaide foi obrigada a enjeitar (dar para adoção) a filha. Quando era moça solteira, Adelaide era galanteada pelos estudantes Belmiro, Aurélio e Azevedo. Ela descreveu Belmiro, em resposta a uma pergunta de Azevedo, rival dele nas intenções românticas para com a (então) donzela. O “rapaz” (Belmiro) era “alto, corado, de cabelos pretos”. Ou seja, Bernardo se descreveu, na pele de *Belmiro*, como um estudante talentoso, embora relapso, e, principalmente, como um jovem pobre e moreno. Adelaide viveu um tórrido romance com um empregado de seu pai, do qual engravidou, tendo recebido ajuda dos criados da casa para conduzir e esconder a gravidez até o nascimento da filha e, por fim, para enjeitá-la, longe dos olhos da sociedade. A personagem Nhá Tuca, que recebeu a recém-nascida Rosaura, a trocou com a filha natimorta de uma escrava sua, tornando Rosaura, que nasceu livre, uma escrava, dando a entender a todos que a criança enjeitada teria morrido, engano que se desfez somente no final do romance.

Ao contrário da descrição feita de Belmiro, *efígie* e suposta *esfinge* de BG, normalmente o autor é visto como um homem branco, até mesmo como um aristocrata. Muñoz (2016), em sua tentativa de realizar uma leitura pós-colonialista da obra *Rosaura*, declarou, a respeito de BG, que o autor “fazendo uso de seu poder, como escritor branco, de representar, (ele) concebe e reafirma a imagem do negro como um ser inferior e apto à civilização somente por meio da mestiçagem com o branco”. Segundo a pesquisadora, “assim fazendo, ele (BG) marginaliza o sujeito negro no

processo de construção da nação e se posiciona no centro do discurso”. (MUÑOZ, 2016, pp. 63-81). Já para Alves (2010), que foi além na aristocratização do autor, haveria a “existência de um projeto político implícito nos enredos de nosso literato cuja condição de bacharel é indicativa de sua posição de classe semelhante à de muitos outros literatos”. A posição a que se refere é a de homem branco e abastado (rico). (ALVES, 2010, p. 17).

Diferentemente de seu autorretrato, o personagem *Belmiro*, o retrato traçado pelos dois pesquisadores citados descreve BG como um homem rico e branco (MUÑOZ), e como filho de família aristocrática (ALVES). Logo, assim sendo, o pai de BG, João Joaquim da Silva Guimarães, deveria ter sido homem rico e branco, como o pai dos seus colegas aristocratas da Academia Jurídica de São Paulo e de outras elites similares, o que não é um fato verídico. O testamento de João Joaquim, levantado na pesquisa biográfica, é prova de que ele foi um funcionário público de médio escalão e também de que morreu pobre, ou, no máximo, como um membro dos estratos medianos da escala social. Segundo palavras de João Joaquim, constantes de seu testamento:

“O que tenho livre he unicamente a Pensão do Monte Pio dos Servidores do Estado, que he metade de 1:650\$000 reis, as quaes se repartirão com as quatro filhas, com o meu filho Lourenço por ser inepto, e nervoso, sendo sua Tutora minha filha Izabel, que receberá com o seu quinhão o que lhe couber para o sustentar, e vestir...Dei de dote o que pude as filhas primeiras... e com os Filhos Doutores, e Padre o que pude, e minhas molestias já de annos, e a carestia dos viveres, e pouco ganho, me fizerão grande empenho. Meus filhos não farão questão sobre o que dei as filhas, antes, e depois da morte da minha mulher, porque se o fizerem terão de pagar tudo quanto fico a dever. Devo figura meu Cunhado o Cura do Sacramento na Corte, o Conego da Capella Imperial o Snr. Antonio Joze da Silva a quem muito rogo seja meu primeiro testamenteiro, e queira pela amizade que temos aceitar, e fazer-me esta esmolla ultima pelo Amor de Deus, e para sucego de minha consciência, e salvação de minha Alma, cumprindo o que lhe deixo em carta fechada, e vendendo as casas, única couza que deixo, para pagamento dos meus credores”. (AHMI. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, 1858).

Logo, questiono, o pai de BG era um homem rico? Não me parece ser verdadeira a informação dos citados autores. O Suplemento do jornal Minas Gerais (1925) deixa entender que pode ter havido uma construção em torno da imagem BG como aristocrata e boêmio posterior à morte do escritor mineiro. Segundo o autor anônimo da reportagem,

“Em 1925 já havia quem notasse, na imprensa mineira, que estava acontecendo uma construção em torno de sua riqueza, de sua posição social, o que seria fruto de sua fama de boêmio, “mas Bernardo deixou umas obras literária vultosa; viveu com poucos recursos e não deixou uma só dívida. Aí está: sua enorme boêmia é apenas uma lenda!”. (SUPLEMENTO. Jornal: Minas Gerais, 1925, s/p).

Segundo entendimento de Flávio Heinz (2006), as elites não são apenas econômicas. Nem sempre alguém que ocupa um espaço político, ou social, ou literário

- caso do Brasil, que emergiu de uma hierarquizada sociedade de Antigo Regime, em situação colonial, na qual pesou por quase quatro séculos o escravismo - é rico, ou oriundo de famílias ricas. É complexo e vago apenas classificar como sendo da elite alguém que está no topo de algum grupo que detém poder, influência, prestígio, privilégios. Antigamente, na historiografia, isto foi muito aceito, e muito se escreveu sobre as elites, de uma forma heroica e heroizante. Atualmente, outra história das elites, segundo Heinz, estaria sendo buscada, e nela o objetivo seria encontrar regularidades, sinais comuns, condicionamentos sociais e culturais na vida de homens e coletividades (HEINZ, 2006, p. 8).

Iniciei as pesquisas biográficas a respeito dos parentes de BG, especificamente a respeito seu pai e de seu tio Antônio José da Silva, justamente pela razão apontada por Heinz: encontrar regularidades no grupo junto ao qual os dois parentes de BG participaram na eleição da Junta de Governo Provisório da província de Minas, eleita em 20 de setembro de 1821, tema de minhas pesquisas atuais no doutorado, em curso na UNESP/Franca. Mesmo não sendo potentados, os dois pesquisados tomaram parte na eleição do governo mineiro, o que os teria colocado como integrantes de uma elite política na província. Há motivos para crer que os dois podem ter tomado parte em um grupo formado por homens de setores médios da sociedade mineira, que na ocasião se auto intitulavam *Constitucionais*. Trabalho com a hipótese de que na ata da eleição eles podem ter sido registrados como *Cidadãos*, enquanto as elites econômicas foram inscritas no mesmo documento sob o epíteto de *Bons do Povo*. Investigo o grupo dos *Constitucionais/Cidadãos*. Tenho por hipótese que o mesmo era composto por pessoas de médio estrato social, tais como padres, militares, funcionários públicos. Não eram ricos e, mesmo podendo ter sido mestiços, de certa forma, podem ter sido parte de uma elite social e política. A questão da exclusão desses homens mestiços e socialmente incluídos do processo político foi aventada na ocasião, e sua condição racial pode ter sido politizada durante o processo de crise política em Minas Gerais, entre 1821 e 1822. Daí o interesse em biografar os cunhados, o que levou à pesquisa sobre o tio (Antônio José da Silva) e a mãe (Constança Beatriz de Oliveira) de BG, o que, acidentalmente, por sua vez, abriu o caminho para que pudesse ser proposta a hipótese da questão da *esfinge* de BG, contida na obra *Rosaura, a enjeitada*, conforme se verá adiante. Desde o meu mestrado, concluído em 2007, quando analisei a participação do maior rival político do tio de BG (padre Antônio José da Silva, pároco em Uberaba MG), o padre Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswick, vigário de Desemboque/MG no processo de crise política em Minas, já havia percebido que faltavam dados importantes na biografia do tio de BG, o padre Antônio, conhecido, atualmente, em Uberaba como Vigário Silva, apelido com o qual dá nome a uma importante rua daquela cidade (DOMINGOS, 2007).

Não havia dados a respeito do nome da mãe e nem do pai de Antônio José da Silva, o Vigário Silva. Também não havia dados sobre o local ou a data de seu nascimento e eram incertos, ainda, o local e a data de sua morte. Não havia nada a

respeito de seu pai e dos avós. O Vigário Silva foi Intendente do Município de Uberaba, participou da Câmara Municipal, foi Deputado pela Província de Minas, em mais de uma legislatura, e foi Deputado Imperial. Já sabia que era tio de BG, mas não sabia se tratava-se de um irmão do pai ou da mãe. Com o retorno dos dois à minha pesquisa atual, como membros de um mal definido grupo que tomou parte na eleição de 1821, ao qual me referi anteriormente, aumentou o interesse em biografá-los. Afinal, o padre Antônio, ou Vigário Silva, era irmão do pai ou da mãe de BG? Eram informações importantes para saber a respeito do calibre social dos dois parentes, João Joaquim e Antônio. Por fim, seriam irmãos ou cunhados os dois *Cidadãos*. A dificuldade de biografá-los foi, e ainda está sendo, imensa.

O processo de *Genere et Moribus* de Antônio José da Silva não foi fácil de ser encontrado pois não havia, em suas biografias, nenhuma informação a respeito de sua ordenação. Devido ao rigor que normalmente cerca os atos oficiais da Igreja Católica, analisar a ordenação era a chance mais concreta de descobrir os dados biográficos do padre. Após muito esforço e laudos gastos, levantei a informação de que sua ordenação se deu em duas etapas, realizadas em lugares distintos. Teve início em São Paulo, em 1817, e foi complementada em Mariana, em 1818. Na parte do processo encontrada em São Paulo, houve uma “Carta de Segredo”, que foi lida, segundo consta, mas que não integra mais o processo. Através dela a cúria paulista foi informada que continha “Grave impedimento no Bispado de origem”, ou seja, em Minas, no bispado de Mariana, onde se informa que nasceu o ordenando. No processo, Antônio declarou ter nascido em Vila Rica, não disse quando, e afirmou ser filho de pai incógnito e de Maria Caetana de Oliveira. O processo não revelou sua idade ou a de sua mãe. Antônio confessou que havia graves impedimentos à sua ordenação e no *caput* de seu processo da mesma, nos seguintes termos:

“Diz Antônio José da Silva natural de Villa Rica, Bispado de Mariana, morador nesta Cidade, onde está compatriotado pela sentença junta, filho de Pai incógnito, e de Maria Caetana de Oliveira exposta, neto tanto paterno, como materno de Avós incógnitos, que elle tem muita vocação ao Estado Sacerdotal, e para o conseguir deseja ser admitido as deligências de genere nesta Cidade onde tem testemunhas, visto notório impedimento, que há no seu Bispado, ficando deste modo izempto das deligências das origens, e das competentes Certidoens”. (ARQUIVO ECLESIASTICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1817).

O que, à primeira vista, nos pareceu um contrassenso, pois a Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia, do ano de 1703, lei que regia as ordenações naquele tempo, prescrevia rigorosa inquirição, justamente para que se soubesse se havia impedimentos, em especial quanto as *impurezas de sangue*, parte das chamadas *desobrigas*, nas quais os habilitandos deveriam comprovar que inexistiam impedimentos legais à sua ordenação. O habilitando Antônio confessou vários impedimentos.

Na verdade, Antônio confessou que não era filho legítimo, desconhecia o nome do pai, era neto de avós incógnitos e, interessante para o caso da análise da *esfinge*

contida em *Rosaura*, tema do presente artigo, que sua mãe fora uma exposta, ou seja, uma criança enjeitada. Pela primeira vez o tema da obra *Rosaura, a enjeitada* veio à baila na pesquisa documental. Por conhecer o livro, pelo menos a sua existência, o enjeitamento confessado foi algo que chamou a atenção. Imediatamente procurei e li a obra. As etapas seguintes da pesquisa biográfica já aconteceram de posse das informações contidas no romance, que passou a servir de uma espécie de guia para determinadas pesquisas pontuais. Logo, fui notando correlações, coincidências entre a trajetória familiar e dos personagens femininos do livro, em especial a questão do enjeitamento e dos preconceitos de cor-raça. Os estigmas decorrentes da escravidão, com os quais sofreram os personagens do livro e os parentes, se não o próprio Bernardo Guimarães.

Não representa nenhuma surpresa que Antônio José da Silva tenha sido habilitado, mesmo pesando contra ele tão sérios impedimentos legais, pois, segundo Augustin Wernet (1987), Dom Mateus de Abreu Pereira (1795-1824), o bispo de São Paulo no período da ordenação do habilitando Antônio, seria “relaxado com as desobrigas, ordenando pessoas com graves impedimentos ou sem vocação” (WERNET, 1987). Pois foi justamente o caso, mesmo com os graves impedimentos que Antônio confessara, o habilitando saiu (quase) ordenado de São Paulo em 1817.

Por causa das deficiências na ordenação de 1817, o padre Antônio teve que completar a mesma em seu bispado de origem, o bispado de Mariana, o que fez em 1818. Na segunda parte de sua ordenação, o padre Antônio entrou com uma petição, no dia 22 de janeiro, para que pudesse “usar de Suas Ordens”, para o que “necessitaria constituir Seo patrimônio nos bens constantes do papel junto, que lhe fez Sua Mãe” (AEAM, ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE MARIANA, 1818). Conclui-se, com base na leitura do processo de 1818, que o padre Antônio já tinha recebido as “ordens menores”, logo, já era padre, mas não era presbítero e desejava alcançar o presbiterato, alcançando as “ordens maiores”, o que conseguiu em Mariana.

Na verdade, penso que parece haver mais questões sendo resolvidas no processo, mesmo que de forma não assumida na redação do mesmo. Tive a sensação de que foi empregado um esforço no sentido de perfilhá-lo, e de informar a respeito de sua parentela na segunda parte do processo de *Genere et Moribus*. A sua mãe, Maria Caetana de Oliveira, o perfilou de forma adequada, mas subliminar, e também repassou patrimônio ao filho, com a anuência da sua irmã, Constança Beatriz de Oliveira, e do seu marido, João Joaquim da Silva Guimarães. Conforme comprovou em suas pesquisas, Anderson José Machado de Oliveira (2008), a ordenação era um investimento familiar, e não individual, suas benesses, sejam as simbólicas ou as concretas, atingiam o grupo que investia na ordenação (OLIVEIRA, 2008). O que se observa na ordenação do “Vigário Silva” está de acordo com a sua teoria, pois tanto a mãe quanto a irmã e seu marido, os pais de BG, abriram mão de patrimônio na ordenação do Vigário Silva.

Com o documento de 1818, primeiramente, descobri que Antônio e João Joaquim eram cunhados, não eram irmãos, conforme pensei inicialmente, pois a mãe de Bernardo, Constança Beatriz de Oliveira, era a irmã do padre. Primeira dúvida desfeita. Porém, foi também desfeita parte da reputação de “Dona” Constança. Segundo consta, são poucas as informações disponíveis respeito das origens de Constança. As que existem, possivelmente, ao que indicam as fontes de Kléberson Alves (2010), têm base na memória familiar, que considerava “D. Constança Beatriz de Oliveira, filha de abastados lusitanos de Bragança. Senhora culta e de rígidos princípios morais” (ALVES, 2010, p. 18).

Constança e Antônio provinham de família simples, e o que veio a ser levantado na pesquisa, a simplicidade da origem da família se revelaria mais ainda com o desenvolvimento da pesquisa. Apareceu no processo de *Genere et Moribus*, de 1818, o nome da avó do habilitando, a mãe de sua mãe, Thereza de Jesus de Oliveira, que trouxe à baila novas questões. Logo descobri que havia mais infrações, ou furos, nas desobrigas realizadas durante a habilitação de Antônio. Do testamento de Thereza de Jesus de Oliveira, levantado pela pesquisa, retirei a informação de que a mesma era filha de pai incógnito e que sua mãe era Catharina de Oliveira (AHMI, 1814).

Thereza, que nasceu em 1735, havia falecido em 1814, aos 79 anos. Seu testamenteiro foi o marido de sua neta Constança Beatriz, João Joaquim da Silva Guimarães. A mesma confessou, no leito de morte, que enjeitara dois filhos, enquanto solteira:

“Declaro que sou natural da Freguezia de Nossa Senhora da com.^{cam} da Catas Altas termo da Cidade de Mariana filha natural (mãe solteira) de Catharina de Oliveira já falecida, e ser posto fui cazada com Manoel Vieira da Cunha já falecido contudo delle não tive filhos, mas sim no Estado de Solteira tive dois filhos de nomes Manoel Pereira de Oliveira e Maria Caetana, e posto que fossem Baptizados como expostos com tudo os reconheço por meos filhos e como taes os instituo por meos universaes herdeiros”. (AEAM, Catas Altas, MG, 1735).

Logo, a mãe do habilitando tinha um irmão. O nome do tio do Vigário Silva e de sua irmã Constança era Manoel Pereira de Oliveira Rocha. Formava-se para o habilitando uma grande parentela, uma grande mudança em relação ao que ele declarou em 1817.

Mas por que o habilitando Antônio José da Silva não declarou toda esta parentela em 1817, ou em 1818, já que era do conhecimento da família a origem familiar? É da certidão de nascimento de sua avó Thereza que se conclui a razão. Do documento desprende-se o maior segredo da família, o qual o habilitando Antônio procurou manter em segredo, pois impedia a sua habilitação e manchava a ascensão da família, que estava em curso havia gerações, e que prosseguiria na geração de Bernardo, mesmo após a sua morte, como já foi visto:

“Aos tres dias domes de Março de mil, e setecentos, e trinta e sinco annos na pia

baptismal desta Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição das Catas Altas... baptizou, e poz os Santos Oleos à Thereza filha de pay incognito, e de Catherina de Oliveyra parda forra, e forão padrinhos o Sargento Mor Manoel Ferreira Pinto, e Thereza Jozefa da Cunha mulher de Francisco Viegas de Brito”.

A bisavó do habilitando, Catharina de Oliveira, tataravó de BG, era uma parda e forra. Logo, havia uma mancha de sangue na família, oriunda de africanos e da escravidão. Fora o fato de que por três gerações os nascidos naquela família não tiveram o nome dos pais nos registros.

Com a descoberta da certidão de nascimento de sua tataravó Thereza, o escritor Bernardo Guimarães tornou-se, de forma documentada, creio, um afrodescendente. Em toda a ordenação de Antônio José da Silva, entre 1817 e 1818, nos dois processos de *Genere et Moribus*, havia notado a ausência do tema cor-raça a respeito do habilitando. A declaração de sua avó constituía mais um notório impedimento que pesava sobre o habilitando e sobre as gerações que o precederam. Porém, não era incomum a ordenação de padres de cor, conforme tem comprovado repetidamente Anderson Machado de Oliveira (2008). Porém, os habilitandos pediam a “dispensa do defeito de cor”, e isto não foi feito em nenhum dos dois processos de Antônio (OLIVEIRA, 2008, p. 1).

Maria Caetana se autodeclarou branca no processo de *Genere et Moribus*, em 1818. Sua mãe, Thereza, foi de irmandade que só aceitava mulheres brancas, a Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica, à qual pertenceu, segundo informa em seu testamento. Ao que parece, o pai de BG tinha condições parecidas, ele era irmão da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, informa seu testamento. A ordem, teoricamente, era restrita aos brancos e abastados.

É difícil fazer conjecturas a respeito das condições e qualidades de João Joaquim, são poucas as informações disponíveis. Há quem desconfie, e que avente, a possibilidade de que João Joaquim (também) tenha sido mestiço. Desconfia-se que seu pai pode ter sido um português, e sua mãe, escrava dele. Certo colega pesquisador me confessou nutrir tal desconfiança, pois havia indícios neste sentido. Quais? Ele não revelou em seu doutorado, já concluído e, por esta razão, ele permanecerá incógnito. Há uma imagem, em daguerreotipo do mesmo, assim como de Antônio José da Silva, e seus traços são condizentes com a informação de que eram mestiços. O testamento de João Joaquim da Silva Guimarães nada informa a respeito, consta apenas que havia sido batizado na Matriz de Nossa Senhora, na cidade de Sabará, e que os seus pais já não existiam, além de que tinha 78 anos de idade. Logo, ele nasceu por volta de 1780 (AHMI, 1858). Se não houvesse razões para negar informações a respeito do nome dos pais, por que ele teria agido de tal maneira? A sua atitude alimenta as desconfianças a respeito de uma possível origem “impura”.

Segundo Renato Pinto Venâncio (2002), até mesmo para a primeira tonsura (que Antônio conseguiu em 1817) a Igreja exigia que se investigasse a limpeza de sangue do candidato. Conforme visto, isto não fora um impedimento para Antônio em São

Paulo, em Mariana. Venâncio lembra que se devia investigar se o habilitando tinha ascendência moura, judaica ou negra, consideradas como raças infectas, conforme exigia a lei que regulava o assunto, a Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia, de 1703.

Um caso particular analisado por Anderson Oliveira (2008) contém uma declaração de autoridade eclesiástica, expressa e literal, a respeito do que foi considerado por Renato Pinto Venâncio. Segundo consta em caso estudado pelo pesquisador, o Provisor do bispado (RJ), Francisco Gomes Villasboas, teria despachado, em 1791, favoravelmente a pedido de habilitando “de cor”. Teria alegado que “não via contra o suplicante nenhuma outra irregularidade senão a do “defeito da cor”. Afirmava que embora o Direito Canônico repelisse os neófitos recém-convertidos à fé católica, este não era o caso (de José Maurício); além do fato de a mesma legislação abrir espaço para admitir ao sacerdócio aqueles que, mesmo neófitos, dessem provas de sua perseverança, de boa conduta e observância das leis e preceitos da Santa Madre Igreja. Argumentava que, embora as Constituições da Bahia levantassem o impedimento do “defeito da cor”, elas eram somente diretivas e não preceptivas ao Direito Canônico e que, portanto, a dispensa podia ser dada (OLIVEIRA, 2008, p. 2).

Se a lei impedia a ordenação de “impuros” e era burlada, em muitos casos, ainda, segundo Renato Pinto Venâncio, a legislação eclesiástica também não ajudava os abandonados (enjeitados) que pretendessem seguir a carreira eclesiástica. Mas, Antônio fora abandonado pela mãe? É possível que tenha sido. É o que se deduz de outra ação conduzida por João Joaquim enquanto testamenteiro de Thereza de Jesus de Oliveira, avó de sua esposa. No dia 28 de setembro de 1813, João Joaquim da Silva Guimarães deu entrada no Senado da Câmara de Vila Rica em uma cobrança, feita em nome de sua representada, Thereza de Jesus de Oliveira, para receber pela criação de nove crianças enjeitadas. Tanto o serviço da criação de enjeitados quanto a cobrança pelo mesmo serviço eram fatos comuns no período. Há uma coincidência entre os nomes dos expostos listados na cobrança feita à Câmara de Vila Rica e os nomes dos filhos conhecidos de Maria Caetana: Antônio e Constança Beatriz, assim como de outro possível irmão, Carlos José da Silva. As crianças criadas por Thereza, e que justificavam o pedido de ressarcimento eram: Antônio, Francisco, Joaquim, José, Camillo, Luís, Beatriz, Francisca e Ana (CASA DOS CONTOS. Fundo: CMOP, 1813). Dois anos antes, a própria Thereza tentou receber o que ela acreditava que a Câmara de Vila Rica lhe devia. (CASA DOS CONTOS. Fundo: CMOP, 1811).

Não está descartada a hipótese de que no criadouro de crianças de Thereza de Jesus de Oliveira tenham sido criados os netos, enjeitados pela sua filha Maria Caetana de Oliveira. O fato de que Antônio precisara ser perfiliado pela mãe no processo de 1818 reforça a hipótese. Mais um problema para a ordenação de Antônio. Como visto, segundo Venâncio, a “exigência da filiação legítima consistia em uma barreira para o ingresso na carreira sacerdotal para os filhos de pais desconhecidos”. Segundo o mesmo, como acontecia em várias esferas da vida colonial, a lei não era cumprida

com muito rigor pelos responsáveis e dirigentes dos seminários (VENÂNCIO, 2002, p. 138).

O fato de terem sido longevas e de haver um verdadeiro “criatório” de gente cria uma correlação possível entre Thereza de Jesus de Oliveira, que tinha um “criatório de enjeitados”, e a personagem do romance *Rosaura, a enjeitada*, a velha Nhá Tuca, que também tinha um criadouro, um “viveiro de escravos”. Segundo narra BG, o lucro mais avultado da velha Nhá Tuca “provinha da venda das ‘crias de suas sete escravas... de forma que seu estabelecimento se podia chamar de um viveiro de escravos”. (*Rosaura, a enjeitada*. Volume I, p. 136). Há uma série de coincidências entre as trajetórias de ambas. Nhá Tuca gozava “de respeito e consideração entre a vizinhança, e era tida em conta de uma boa honesta senhora, reputação que devia mais aos seus haveres do que a qualidades reais”. (*Rosaura, a enjeitada*. Volume I, p. 135). Porém, ela não era a pessoa que a sua boa reputação fazia transparecer, já que foi ela quem trocou Rosaura, nascitura e enjeitada, pelo bebê natimorto de uma escrava sua, causando o drama que alimenta o enredo do romance. A sua “boa reputação” lembra a de Thereza, a avó de Antônio, irmã terceira da Ordem do Carmo, e que, enquanto solteira, expôs dois filhos. Ambas, apenas no leito de morte, assumiram e, em parte, desfizeram seus malfeitos.

3 | CONCLUSÃO

Na carta já citada, BG declarou ao seu amigo Saldanha Marinho, a respeito de sua obra, *Rosaura*,

“estamos outra vez às voltas com os parentes (que parentalha aborrecida!) Aristóteles, Sardanápalo, Castro Urso, Inês de Castro, Camões, D. Quixote, Gambetta, o Padre Fidélis da Caderneta, Sancho Pança, Mefistófeles e Fausto, *Lord Byron* e a minha reverendíssima pessoa.”

A conjugação dos significados das trajetórias de vida dos três citados em destaque deixa uma mensagem subliminar, a de que Bernardo confessou em *Rosaura* todas as suas mazelas. Gerações de ilegitimidade. Segundo a Wikipédia, Sardanápalo (em grego: Σαρδανάπαλος; transl.: Sardanápalos; em latim: Sardanapalus ou Sardanapallus) foi, segundo o autor grego Ctésias de Cnido (século V a.C.), o último rei da Assíria, uma distinção que é atualmente atribuída a Assuruballit II (612–609 a.C.). A obra *Persica*, em que Ctésias menciona Sardanápalo não chegou aos nossos dias, mas é conhecida através de compilações posteriores e da obra de Diodoro Sículo (II.27; século I a.C.). Segundo os escritos deste último, Sardanápalo teria vivido no século VII a.C. e é retratado como uma figura decadente que passou a vida em autoindulgência e morreu numa orgia de destruição. O nome é, provavelmente, uma deturpação de Assurbanípal, o último soberano do Império Assírio, que reinou entre

c. 668 e 627 a. C.

Já Inês de Castro aparece no bilhete em um trocadilho com o nome Castro Urso. Castro Urso era uma pessoa com demência que vivia pelas ruas do Rio de Janeiro, onde morou BG. Era um tipo popular, segundo Melo Moraes Filho, era “bizarro e monstruoso”. Faleceu no dia 21 de setembro de 1889, aos 60 anos de idade (ENGEL, 2201, pp. 26-27). Inês de Castro foi uma vítima da famosa, triste e ilustre tragédia real, sem trocadilhos, ocorrida na história da monarquia portuguesa. Morta por ordem do rei D. Afonso IV, pai de seu amante, o herdeiro Príncipe D. Pedro, futuro monarca D. Pedro I, de Portugal, é claro. Após a morte da amante, aia da corte, mãe de quatro filhos seus, o príncipe, duas vezes viúvo, já que a esposa e a amante haviam morrido alguns anos após ter sido coroado rei, fez a declaração de Cantanhede, legitimando os filhos ilegítimos ao afirmar que tinha se casado secretamente com D. Inês, em 1354, em Bragança. Bragança é a suposta terra de origem da aristocrática “Dona” Constança Beatriz de Oliveira, segundo consta a memória familiar, conforme já foi dito anteriormente. Mais uma ironia de Bernardo Guimarães.

A origem no cativo. A vergonha. O opróbio. É o que o une BG ao caso de Inês de Castro. *Rosaura* é sua declaração de Cantanhede, só que ao contrário. Em vez do reconhecimento de filhos ilegítimos, é o reconhecimento da ilegitimidade de sua origem. Como Sardanápalo, Bernardo demonstra autoindugência durante toda a correspondência, e também em *Rosaura*. O romance teria sido sua orgia de autodestruição. O livro seria um anagrama de seu retrato-monstro. Um antibusto. Bernardo usou a loucura, como Castro Urso, para se defender, dizer a verdade. Dizer a verdade é algo que apenas os loucos, as crianças e os tolos fazem. *Rosaura* serviu para BG dizer a verdade, que é feia, como o era o louco Castro Urso. Ali ele revelou o que tinha de feio, de torto e anômalo. Não para ele, entenda-se, mas para a sociedade do país.

Segundo Santos (2009), o grotesco é algo presente na obra poética do autor (SANTOS, 2009). “Esta recorrente categoria estética, presente em muitos de seus poemas, surge normalmente sob a forma de imagens estranhas e inesperadas que sugerem um universo lírico extravagante e rebelde, muitas vezes, oposto às convenções estéticas tradicionais”. Os exemplos acima, contidos na carta, em meu entendimento, seriam uma grande mostra, de seu senso *byroniano*, de seu humor macabro, de sua inteligência e vasta cultura. Sem que se decifre a *esfinge* que é BG, a sua obra ficará sem ser compreendida, sem que sua real relevância seja percebida: é a obra de um escritor afro-descendente.

Vale para sua família o que BG escreveu ao amigo Saldanha Marinho, em frase pilhérica, aqui sendo aproveitada, fora do contexto da frase original, porém cheia de significado e correlação como o tema do livro, do retrato da família e do país: “Pobres mortais! Infeliz mundo! Desgraçada Pátria! Mísero gênero humano! Infelizes pais!... Miserandas mães, Tristes filhos!...”.

REFERÊNCIAS

- Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. **Processo de habilitação de *genere et moribus*. Habilitando: Antônio José da Silva**, 1817. FamilySearch. Disponível em: <<https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14088-37947-43?cc=2177299&wc=M5JH-BZS:371870001,374386301,374396401>>. Acesso em: 28 mar. 2015.
- AEAM. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. **Batismo de Tereza de Jesus de Oliveira**. Batismos – Catas Altas – 1730-1742. [fl. 44]. Ano, 1735.
- AEAM. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Cúria Metropolitana. **Processo de habilitação de *genere et moribus*. Habilitando: Antônio José da Silva**. Número: 154. Ano: 1818.
- AHMI. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. **Testamento de João Joaquim da Silva Guimarães**. Testamenteiro Antônio José da Silva. Ficha 485 – Códice 350 – Auto 7299 – 1º. Ofício. Casa do Pilar/Ouro Preto, MG, 1858.
- AHMI. Arquivo Histórico Museu da Inconfidência. Casa do Pilar. **Testamento de Tereza de Jesus de Oliveira**. Ficha 803. Códice 416. Auto 8254. Testamenteiro Cap. João Joaquim da Silva Guimarães. Ano 1814.
- ALVES, Kléberson da Silva. “**Por que não libertaram esta menina?: discurso emancipacionista e perfil do liberto ideal no romance *Escrava Isaura***”. Dissertação (Mestrado), Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (PPGHIS/UNEB), 2010.
- ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA FACULDADE DE DIREITO DA USP. **Antigos Alunos**. Disponível em: <http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php>. Acesso em: 16 set. 2018.
- Bernardo Guimarães - um discípulo de Byron no sertão. **Migalhas Online**. Migalhas, Revista digital, Nº 4206, dia 27 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br>>. ISSN 1983-392X. Acesso em: 29 set. 2017.
- CASA DOS CONTOS. FUNDO CMOP. **Criação de enjeitados**. CC. Cx. 82, doc. 46, em 28-04-1813.
- CASA DOS CONTOS. FUNDO CMOP. CC. Cx. 140 – 21244. Rolo : 542. Conteúdo: “**Requerimento de Thereza de Jesus de Oliveira sobre a emissão de certidão de pagamento pela criação de expostos**”. Requerimento sobre Certidões. Pagamento de Expostos e enjeitados. 20-11-1811.
- DOMINGOS, Marcus Caetano. **D. Hermógenes e a eleição para as Cortes de Lisboa na comarca de Paracatu e na província de Minas Gerais: 1821-1822**. Mestrado em História Social (Dissertação). São Paulo. USP, 2007.
- DOMINGOS, Marcus Caetano. **Rosaura, a enjeitada (1883): Efégie ou Esfinge de Bernardo Guimarães?** Comunicação. ABRALIC/Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522169228.pdf. Acesso em: 19-09-2018.
- ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)** [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001. 352 p. Loucura & Civilização collection. ISBN: 85-85676-94-9. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/7htrv/pdf/engel-9788575412534.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2018.
- ESCRAVA Isaura. Curiosidades. **Memória Globo Online**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/escrava-isaura/curiosidades.htm>>. Acesso em: 16 set. 2018.
- GUIMARÃES, Bernardo. **Rosaura, a enjeitada**. Livro virtual. Site do Bernardo Guimarães (1825-1884), obra e vida, desde 24 abr. 2009. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/sitedobg/Home/downloads>>. Acesso em: 17 set. 2018.

HEINZ, Flávio M. (org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MAGALHÃES, Basílio. **Bernardo Guimarães (Esboço biográfico e crítico)**. Rio de Janeiro: Tipografia do Anuário do Brasil, 1926.

MARTINS, Wilson. **História da Inteligência brasileira**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. Volume IV (1877-1896).

MINAS GERAIS, Jornal. **Suplemento**. Nº 197, s/p. Belo Horizonte, 1925.

MUÑOZ, Juliana Fillies Testa. **Repensando a identidade nacional: uma leitura pós-colonialista de Bernardo Guimarães**. Universität zu Köln. Caligrama. Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 63-81, 2016.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Suplicando a “dispensa do defeito da cor”: clero secular e estratégias de mobilidade social no Bispado do Rio de Janeiro – século XVIII**. (Comunicação). ANPUH-RJ, 2008.

SANTOS, Fabiano Rodrigo da Silva. **Lira dissonante: considerações sobre aspectos do grotesco na poesia de Bernardo Guimarães e Cruz e Sousa (tese)**, Pós-graduação em Estudos Literários - FCLAR, Araraquara, 2009.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750-1808**. História: Questões & Debates, Curitiba: UFPR, n. 36, p. 129-159, 2002.

Vida e Obra de Bernardo Guimarães. **Carta de Bernardo Guimarães a Fernando Saldanha Moreira, em 8 de novembro de 1882**. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/paulopes.geo/cfern1.htm>>. Acesso em 16 set. 2018.

WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-071-1

